



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

04/05/2022

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>



Sindicatos e Justiça do Trabalho defendem revogação da reforma trabalhista

Sindicatos de trabalhadores, juízes e procuradores do Trabalho defenderam a revogação da reforma trabalhista de 2017, em comissão geral no Plenário da Câmara dos Deputados sobre diagnóstico, as desigualdades e as perspectivas do mundo do trabalho no Brasil.

O debate foi solicitado pelo deputado Bohn Gass (PT-RS), em razão do Dia do Trabalho (1º de Maio). Ele também defendeu revogação da reforma trabalhista (Lei 13.467/17). “O que vejo é retrocesso. Muitas conquistas obtidas com muita luta ao longo da história estão sendo destruídas”, afirmou. “São 27,25 milhões de brasileiros em situação de desalento, desemprego ou trabalhando menos do que o desejado”, completou. E acrescentou que dos 96 milhões de pessoas ocupadas, 1/3 são informais – ou seja, não têm proteção social, não contribuem para a previdência e não vão se aposentar. “Metade da população economicamente ativa encontra-se sem algum tipo de atividade econômica com proteção. O nome disso é exclusão”, resumiu, ressaltando que mulheres e negros são os mais atingidos.

Na avaliação do parlamentar, o quadro não é fruto da pandemia de Covid-19, já que os dados não diferem muito dos anteriores à pandemia, em 2019. “Não foi a pandemia, foi a reforma trabalhista, o congelamento do salário mínimo, foi o corte das políticas sociais, o corte dos investimentos públicos, que prejudicou a indústria, foi o desmonte do Estado brasileiro, foram as privatizações a preço de banana”, citou. Ele defendeu ainda a aprovação pela Casa de política de reajuste do salário mínimo acima da inflação, e não apenas a inflação. O líder do PT, Reginaldo Lopes (MG), apoiou o reajuste do salário mínimo com ganho real a partir de 2023.

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luiz Antônio Colussi também defendeu a revisão da reforma trabalhista e discussão do tema pelos candidatos às eleições presidenciais. “Não apenas a revisão, mas a própria revogação”, frisou. Para ele, a reforma trabalhista gerou precarização das relações de trabalho, dificultando o acesso dos trabalhadores ao Judiciário e retirando direitos sociais.

Defensor da revogação da reforma trabalhista, o diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Fausto Augusto Júnior, contestou a ideia de que houve aumento da negociação coletiva após a reforma trabalhista. “A gente tem assistido à uma redução dos acordos e convenções coletivas. Em 2016, nós tivemos 47 mil acordos e convenções, coletivas. Em 2012, não chegamos a 35 mil acordos negociados. Ou seja, menos de 12 mil negociações aconteceram no Brasil após a reforma trabalhista”, disse.

O diretor do Dieese salientou que a reforma trabalhista não diminuiu a informalidade e gerou empregos, como prometido; ao contrário, gerou a precarização do trabalho, ao que se soma um cenário de aumento da inflação e da cesta básica e queda da renda do trabalhador. “Nós estamos hoje com uma renda média do trabalhador hoje de R\$ 2.377, 8% menor do que 2019, mas 54% dos trabalhadores ganham até R\$ 1.500”, completou.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 04 de maio.

População já pagou mais de R\$ 1 trilhão em impostos em 2022, mostra placar da Associação Comercial

O Impostômetro, placar da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) que mede o quanto de imposto tem sido pago pelos contribuintes aos governos Federal, estaduais e municipais no ano, alcançou o valor de R\$ 1 trilhão na madrugada desta terça-feira (3). Para uma ideia de comparação, em 2021, o valor foi atingido em 19 de maio.

De acordo com o economista da associação Marcel Solimeo, em nota divulgada pela ACSP, o aumento da inflação em 2022 é o principal “vilão” desta vez, por conta do imposto embutido.

Com preços mais altos, os impostos cobrados também ficam mais caros.

Para a contabilidade do placar, que fica instalado no Centro Histórico da capital paulista e também pode ser acessado por meio do site oficial da entidade, entram impostos, taxas e contribuições, com multas, juros e correção monetária.

Saiba mais em: A Tribuna, quarta-feira 04 de maio.

Até onde o BC vai subir os juros? Mercado espera respostas nesta quarta

É consenso entre os economistas que o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central deve anunciar, nesta quarta-feira (4), uma nova alta de 1 ponto percentual da taxa básica de juros (Selic), de 11,75% para 12,75%.

A mediana das estimativas da pesquisa Focus, que mostra as estimativas de analistas ouvidos pelo BC, é de uma Selic em 13,25% ao ano em 2022. No entanto, alguns já veem risco de a taxa avançar acima de 14%, enquanto aqueles que não estão vinculados ao mercado financeiro consideram que o BC já foi até longe demais.

"A incerteza [do mercado] é com relação à comunicação do Banco Central para junho, se ele vai, de fato, fechar a porta para alterações na Selic ou se vai continuar subindo a taxa de juros", diz Lucas Vilela, economista do Credit Suisse no Brasil.

Em março, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, indicou a intenção de encerrar o ciclo de alta de juros com a Selic em 12,75% ao ano. Mais tarde, chegou a dizer que a autoridade monetária iria analisar a "surpresa" no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) daquele mês para ver se mudava a rota, mas não voltou a se pronunciar.

O risco de desancoragem das expectativas, diante de uma inflação que pode se tornar inercial e de novas pressões com os lockdowns na China, exige um esforço adicional do BC, na visão de Caio Megale, economista-chefe da XP Investimentos.

Para ele, a autoridade monetária encerrará o ciclo do aperto monetário em junho, com duas altas consecutivas de um ponto percentual da taxa de juros, chegando a 13,75%.

"A inflação está perto do seu pico, mas é um nível muito alto ainda. Se o BC não for cauteloso, como tem sido, corre o risco de que essa inflação mais alta fique consolidada por um pouco mais de tempo", afirmou.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 04 de maio.

Produção industrial tem leve avanço de 0,3% em março

A produção industrial brasileira registrou leve avanço em março, mas continua abaixo do patamar pré-pandemia, informou nesta terça-feira (3) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Na comparação com fevereiro, o indicador teve variação positiva de 0,3%, próxima das projeções do mercado financeiro. Na mediana, analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam elevação de 0,2%.

O avanço de março foi o segundo consecutivo. Em fevereiro, a produção industrial havia subido mais: 0,7%.

A sequência positiva, contudo, não elimina completamente a perda de 2% verificada em janeiro, ponderou o IBGE.

Conforme o instituto, a produção das fábricas está 2,1% abaixo do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020. A indústria opera em nível similar ao de janeiro de 2009.

Na visão de André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE, o setor ainda está "longe" de reverter o saldo negativo do período recente, apesar do desempenho positivo em fevereiro e março deste ano.

Segundo o pesquisador, a produção é prejudicada tanto por fatores globais, como a dificuldade para obtenção de insumos, quanto por questões domésticas, como a disparada da inflação e a alta dos juros.

"Ainda temos setores industriais sentindo o efeito da escassez de matérias-primas e o encarecimento do custo de produção", disse Macedo.

"Pelo lado da demanda doméstica, a inflação elevada diminui a renda das famílias, juros em elevação encarecem o crédito. No mercado de trabalho, embora a gente observe algum grau de melhora, ainda há um grande contingente de trabalhadores fora dele", completou.

No acumulado dos três primeiros meses do ano, a produção industrial teve queda de 4,5% em relação a igual período de 2021.

Saiba mais em: <https://aovivo.folha.uol.com.br/>, quarta-feira 04 de maio.